



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM “ALIMENTOS,
NUTRIÇÃO E SAÚDE NO ESPAÇO ESCOLAR”

INSERÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NO ÂMBITO ESCOLAR
ORGANIC FOOD INSERTION AMBIT SCHOOL

Djonathan Adamante¹; Exzolvires Queiroz Neto²;

¹ Discente Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA – Foz do Iguaçu – Brasil

² Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA – Foz do Iguaçu – Brasil

adamante@live.com

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão de literatura, sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aliado as condições de inserção de alimentos orgânicos na nutrição escolar do Município de São Miguel do Iguaçu – Paraná. O enfoque relata um breve histórico da evolução do programa de alimentação escolar, a importância dos produtos orgânicos na alimentação, até a agricultura familiar e a produção de alimentos orgânicos no município citado. Conforme as considerações observadas, concluiu-se que a agricultura orgânica e familiar do município é auxiliada pelo programa de alimentação escolar, que reciprocamente contribui para a melhoria da qualidade da merenda ofertada nas escolas e qualidade de vida dos envolvidos neste contexto. Ainda enfatiza-se que é necessário a construção de ações escolares didáticas, dentro das escolas para que a sensibilização acerca da alimentação adequada se perpetue nos hábitos cotidianos dos alunos e transcenda até as famílias.

Palavras-chave: alimentos orgânicos; espaço escolar; qualidade de vida.

ABSTRACT

This article presents a literature review on the National School Feeding Programme (PNAE), coupled with the inclusion of conditions of organic food in school nutrition in the Municipality of São Miguel do Iguaçu - Paraná. The focus recounts a brief history of the evolution of the school feeding program, the importance of organic products in the food, to family agriculture and organic food production in the city said. As observed considerations, it was concluded that organic and family farming in the municipality is supported by school feeding program, which reciprocally contributes to improving the quality of meals offered in schools and quality of life of those involved in this context. It also emphasizes that the construction of teaching school actions is needed in schools to raise awareness about proper nutrition perpetuates the daily habits of students and transcends to families.

Keywords: organic food; school; quality of life.



INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) neste ano, 2016, completa, cerca de 62 anos de existência, por estas, perpassaram inúmeras mudanças e readequações até constituir a atual conjuntura. Considera-se ainda que, após mais de meio século de funcionamento, o PNAE existe em quase todos os municípios brasileiros sendo considerado o maior programa de suplementação alimentar no Brasil, em virtude de sua abrangência e seu alcance (BELIK e CHAIM, 2009).

Uma das premissas mais importantes para o programa, e que a escola deve-se apropriar é buscar proporcionar uma alimentação escolar diversificada, de boa qualidade nutricional e higiênico-sanitária, que seja saborosa e esteja adaptada aos hábitos culturais locais e regionais (BRASIL, 2008).

De acordo com a Lei nº 64/2010, a alimentação é um direito social. No entanto, além de ser um direito de todos os brasileiros, os alimentos devem ser de qualidade. Por meio deste conceito, é possível observar quão fundamental é a inclusão de alimentos orgânicos no nosso consumo diário, visto que, estes não são mecanicamente processados e não possuem a inserção de substâncias externas.

Para Santos e Monteiro (2009), a agricultura orgânica tem o objetivo de constituir um sistema de cultivo sustentável mediante o manejo e a proteção dos recursos naturais, sem a utilização de defensivos químicos agressivos à saúde humana e ao meio ambiente, para manter a diversidade biológica e respeitar a integridade cultural dos agricultores.

Assim, o objetivo dessa revisão de literatura, foi reunir informações que permitissem uma melhor compreensão acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aliado a inserção de alimentos orgânicos na alimentação escolar do Município de São Miguel do Iguaçu, localizado no extremo oeste do estado do Paraná. Com enfoque em um breve histórico da evolução do programa de alimentação escolar, a importância dos produtos orgânicos na alimentação, e a agricultura familiar e a produção de alimentos orgânicos no município estudado, bem como as considerações finais sobre o assunto abordado.

METODOLOGIA

A pesquisa constitui-se de revisão de literatura acerca da temática, e se concentrará no município de São Miguel do Iguaçu, já que o mesmo está habilitado para desenvolver as ações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Segundo Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa bibliográfica é um levantamento de toda a bibliografia anteriormente publicada sobre o assunto de interesse, como livros, revistas, publicações avulsas entre outras, tem o intuito de conduzir o contato direto do pesquisador com o material escrito e publicado sobre um determinado assunto, que visa auxiliá-lo na análise da pesquisa ou na manipulação das informações, esse tipo de pesquisa, ainda pode ser considerado como o primeiro passo para toda pesquisa científica.

Assim constituída a pesquisa bibliográfica apresentada neste artigo, foi organizada em sub-seções que tratam do breve histórico da alimentação escolar, da importância dos alimentos orgânicos de qualidade na alimentação escolar, e as práticas adotadas no município de São Miguel do Iguaçu, em relação a alimentação escolar nas escolas. Por fim, apresentam-se as considerações finais sobre a pesquisa que abordam e apoiam sugestões para o fortalecimento e disseminação maior sobre a importância dos produtos orgânicos inseridos na alimentação de qualidade e seus efeitos no cotidiano escolar.

BREVE HISTÓRICO DOS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Historicamente, a relação entre a alimentação escolar e a intervenção do estado reportam ao período entorno de 1940, no qual algumas escolas iniciaram a organização de “caixas escolares”, que objetivavam a arrecadação de dinheiro para fornecer a alimentação aos estudantes, durante a permanência na escola (CHAVES, 2006). Assim, nesse período, foi criado o Instituto Nacional de Nutrição, que defendia a proposta de oferecer alimentação na escola, no entanto, apesar da intenção, naquela época, não foi possível, a sua efetivação por insuficiência de recursos financeiros (BRASIL, 2008).

Considera-se que no referido período, o Governo Federal, não participava efetivamente das ações voltadas a alimentação escolar, mas verificou que o resultado dessa iniciativa foi de extrema importância, pois, a alimentação escolar é fundamental para a permanência dos estudantes nas escolas, e consequentemente importante para a redução da desnutrição infantil no país (CHAVES, 2006).

Adiante na história, na década de 50, foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, intitulado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, que, inicialmente, pela primeira vez, estruturava um programa voltado para a merenda escolar, em âmbito nacional, sob responsabilidade pública. Considera-se, que do plano original, apenas o programa de alimentação escolar perpetuou-se (BRASIL, 2008).

Em março de 1955, Juscelino Kubitschek de Oliveira assinou o Decreto nº. 37.106, que deu origem a Campanha da Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação, essa denominação foi se alterando com o tempo e até que, em 1979, foi denominada Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido apenas como “merenda escolar”, no início do programa, os alimentos eram oferecidos por organismos internacionais, sendo assim, o Governo Federal não comprava alimentos e, sim, recebia doações (CHAVES, 2006; BRASIL, 2008).

Com o passar do tempo, na década de 70, mesmo o Brasil assumindo a compra dos alimentos, as compras de produtos industrializados concebiam cerca de 52% do total de despesas com a alimentação escolar, para tanto, os principais produtos adquiridos nesse período foram: farinha láctea; paçoca; sopa industrializada (sopa de feijão com macarrão, sopa creme de milho com proteína texturizada de soja, creme de cereais com legumes), entre outros (CHAVES, 2006).

Na evolução do PNAE, com o passar do tempo, aumentou-se a cada ano a cobertura do programa, inicialmente seu aspecto assistencialista persistiu até a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que então, garantiu o direito à alimentação escolar aos estudantes do ensino fundamental público. Nos Art. 208, incisos IV e VII, dissertam que a alimentação escolar é dever do Estado e um direito humano e social de toda criança e adolescente que frequentem a educação infantil e o ensino fundamental (BRASIL, 2008).

Assim, ampliando a base normativa de sustentação para a garantia da alimentação escolar como um direito humano, estão os seguintes textos legais:

Constituição Federal – art. 208 e 211, Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996); Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001); Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001; Portaria Ministerial nº 251, de 03 de março de 2000; Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006; Resolução nº 32 do Conselho Deliberativo do FNDE, de 10 de agosto de 2006, e alterações (BRASIL, 2008).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o órgão do governo federal, responsável pela assistência financeira, de forma suplementar à clientela beneficiária do PNAE, e também responde pelo estabelecimento das normas, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução do PNAE, além de avaliar a eficiência, eficácia e efetividade do projeto na aplicação em prática (BRASIL, 2008).

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola (BRASIL, 2015)

Conforme as diretrizes propostas pelo Ministério da Educação, é uma das funções/objetivos do PNAE ofertar alimentos adequados, em qualidade e quantidade, para satisfazer as necessidades nutricionais dos alunos no período de permanência na escola, bem como, contribuir com hábitos alimentares mais saudáveis (BRASIL, 2008)

Turpin (2009), considera que em 2009, a alimentação escolar passou por significativas mudanças legais, uma delas o PNAE, por meio da Resolução FNDE/CD nº38, passou a contemplar alterações da nova legislação e as normas para seu cumprimento, entre outras inovações, o atendimento a toda Educação Básica, ao incluir o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos, modificações no arcabouço e incumbências do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), e a obrigatoriedade das Entidades Executoras usarem, no mínimo, 30% dos recursos financeiros delegados pelo FNDE, com isenção do processo licitatório, com o intuito da aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais, bem como suas organizações, priorizando

assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais quilombolas e indígenas.

Para complementar a legislação pertinente, em relação ao incentivo a alimentação orgânica, o Ministério da Agricultura elaborou uma Nota Técnica, em junho de 2010, para esclarecer o que já garante a Lei dos Orgânicos e seu Decreto, que afirma ser importante deixar vidente que é necessário respeitar o que se estabelece a legislação, é fundamental que os agricultores familiares façam sua parte em relação a uma Organização de Controle Social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e tenham sido inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, ainda, devam estar legalmente habilitados a comercializar seus produtos, como orgânicos, em venda direta, para mercados institucionais em que o produto não venha a ser revendido, como por meio do PAA para o atendimento da alimentação escolar no âmbito do PNAE (ORGÂNICOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, 2016).

Por fim, a alimentação escolar é uma obrigação dos governos federal, estaduais, distrital e municipais. Estes devem garantir a efetivação do direito à alimentação para os alunos matriculados nas escolas públicas e filantrópicas de educação infantil e de ensino fundamental (BRASIL, 2008).

O respaldo legal para as ações do PNAE é importante para a construção dos desdobramentos em relação à condução dos projetos por parte das prefeituras e órgãos executores. A alimentação escolar pode ser considerada pré-requisito para a qualidade de vida e do ensino ofertado, nesse sentido, o próximo tópico aprofunda a discussão no sentido da importância de uma alimentação de qualidade, âmbito no qual os produtos orgânicos se enquadram e seus reflexos no cotidiano escolar.

IMPORTÂNCIA DO USO DE PRODUTOS ORGÂNICOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A alimentação escolar pode ser vista como um fator de desenvolvimento local, uma maneira de atender a essa população é por meio do fornecimento de gêneros (alimentos) para instituições governamentais ou não-governamentais que sejam capazes de desenvolver trabalhos publicamente reconhecidos em Programas

Sociais mantidos pelo governo, a exemplo cita-se, a merenda escolar (TURPIN, 2009).

Considera-se que a alimentação escolar desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, bem como, também garante um suprimento mínimo de alimentos às populações mais carentes. Nesse contexto, o PNAE pode ser considerado um programa importante para a garantia à segurança alimentar no Brasil (BELIK e CHAIM, 2009).

Para Turpin (2009), o papel do FNDE, que atua como órgão responsável pela coordenação do PNAE, é fundamental para a sustentação e execução da legislação relativa ao apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, amparando os projetos de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Uma das diretrizes muito interessantes do programa de alimentação escolar é, sem dúvidas a que estipula, que no mínimo, trinta por cento (30%) do total dos recursos provenientes do FNDE, sejam destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar (AF), local, regional ou nacional, por meio dessa diretriz, o Programa, se constituiu uma importante ferramenta de alavancagem institucional da agricultura familiar (SARAIVA, et al., 2013).

Para discutir a importância dos orgânicos na alimentação escolar retoma-se que o PNAE é considerado, um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo, por ser o único com atendimento universalizado, que atende todos os alunos matriculados nas escolas públicas, da creche ao ensino fundamental, independentemente de classe, cor ou religião, além de toda sua importâncias intrínseca, o PNAE, ainda pode ser visto, como uma oportunidade de ofertar alimentos com qualidade e nutritivos aos alunos durante a permanência na escola, e especialmente contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e na construção de hábitos alimentares saudáveis na comunidade escolar e local, atuando assim também como uma política social importantíssima (BRASIL, 2008).

A formação dos hábitos alimentares é um processo que tem início desde o nascimento com as práticas alimentares introduzidas no primeiro ano de vida. Posteriormente, vai sendo moldado, tendo como base às preferências individuais, as quais são determinadas geneticamente, pelas experiências positivas e negativas

vividas com relação à alimentação, pela disponibilidade de alimentos, pelo nível socioeconômico, pela influência da mídia e pelas necessidades do ser humano (CHAVES, 2006)

Relatos indicam que a aquisição da Agricultura Familiar com recursos do PNAE já vigora desde 2008, por meio do PAA. Na concepção inicial englobavam dois mecanismos distintos de atuação e sete modalidades, em relação aos mecanismos, estes decompõem-se em: primeiro, a formação de estoques, que podem ser substituídos, em algumas situações, por liquidação financeira, e segundo pela doação simultânea, que representa a efetiva compra e o imediato atendimento de maneira direta às demandas para a suplementação alimentar e nutricional dos indivíduos em risco de insegurança alimentar (TURPIN, 2009).

A questão da composição nutritiva dos alimentos, quando comparados orgânicos e convencionais, gera divergências do aspecto investigativo, é possível relatar estudos como de Smith, *apud* Borguini e Da Silva Torres (2006) que evidenciam que os alimentos orgânicos apresentam concentrações superiores de minerais importantes como cálcio, ferro, magnésio, fósforo, potássio, zinco, sódio e selênio, e inversamente, apresentam menor conteúdo de alumínio, chumbo e mercúrio, já o estudo de Bourn & Prescott *apud* Borguini e Da Silva Torres (2006) sob três diferentes aspectos: valor nutricional, qualidade sensorial e segurança do alimento, constataram que existem reduzidos números de estudos bem controlados, capazes de viabilizar uma comparação válida, e com a possível exceção ao conteúdo de nitratos, não verificou-se fortes evidências das diferenças entre alimentos orgânicos e convencionais quanto ao teor de nutrientes.

De forma geral as evidências apontam para diferenças nutricionais entre alimentos orgânicos e convencionais, mas, independentemente da composição nutricional, os alimentos orgânicos apresentam diversos benefícios ao ambiente e aos agricultores que cabe enfatizar como respeito às questões éticas, ambientais e de saúde, sendo isentos de substâncias prejudiciais à saúde (BORGUINI e DA SILVA TORRES, 2006).

Assim os alimentos orgânicos, produzidos por agricultores familiares tendem a ser uma excelente opção para o suprimento do programa de alimentação escolar, capazes de gerar renda aos produtores e saúde/qualidade nutricional aos

estudantes beneficiados. Adiante é possível discutir a questão dos alimentos orgânicos e da agricultura familiar no Município de São Miguel do Iguaçu.

ALIMENTOS ORGÂNICOS, AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Segundo Santos e Monteiro (2004) a agricultura orgânica tem como princípios e práticas encorajar e realçar ciclos biológicos dentro do sistema de agricultura para manter e aumentar a fertilidade do solo, minimizar todas as formas de poluição, evitar o uso de fertilizantes sintéticos e defensivos agrícolas, manter a diversidade genética do sistema de produção, considerar o amplo impacto social e ecológico do sistema de produção de alimentos, além de produzir alimentos de boa qualidade em quantidade suficiente. Entre os aspectos a serem considerados pelos agricultores orgânicos estão: o não uso de adubos químicos e agrotóxicos nos últimos dois anos, a existência de barreiras vegetais quando há vizinhos que praticam a agricultura convencional, a qualidade da água a ser utilizada na irrigação e na lavagem dos produtos, as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, o cumprimento da legislação sanitária e a inexistência de lixo espalhado pelo estabelecimento.

No município de São Miguel do Iguaçu (PR), a agricultura familiar é extremamente importante, e incentivada pelos órgãos da prefeitura, como Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Paraná (EMATER) e pela constituição da Associação dos Produtores de Agricultura e Pecuária Orgânica de São Miguel do Iguaçu (APROSMI). Os agricultores que somam 165 famílias e fazem parte da APROSMI, também integram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde os produtos são doados para 24 instituições - destas, 20 são escolas da rede pública de ensino, por meio da Compra com Doação Simultânea, executada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (MANSUR, 2016).

O método empregado para a aquisição de alimentos é a Compra com Doação Simultânea, onde os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou equipamentos públicos de segurança alimentar e da rede pública e filantrópica de ensino. Essa forma de negociação permite a aquisição de alimentos *in natura* ou

processados, que podem enriquecer os cardápios dos beneficiários consumidores, destaca-se que para participar da modalidade, os agricultores devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) (MANSUR, 2016).

Ainda, relata-se que desde 2013, a Prefeitura Municipal discute o aproveitamento dos produtos orgânicos produzidos em São Miguel do Iguaçu na merenda escolar das escolas municipais, a cidade pode ser considerada uma das maiores produtoras de hortaliças, frutas, leite e panificados da região Oeste, e cerca de 50% dos alimentos utilizados na merenda escolar podem ser comprados dos pequenos agricultores do interior do município, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o programa é essencial pois comprar a produção local garante aos alunos uma merenda mais incrementada, com alimentos saudáveis e mais frescos, além dos benefícios financeiros que fortalecem a economia local (PREFEITURA, 2013).

Outra importante parceria que fomenta a agricultura familiar da região ocorre entre os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e a Itaipu Binacional, na região do município que pode ser definido como a Bacia Hidrográfica do Paraná 3 (BP3), essa parceria desenvolve uma política de desenvolvimento rural sustentável que permite não apenas a conservação dos recursos naturais mas também a viabilidade econômica das famílias de assentados e agricultores de 29 municípios paranaenses na região oeste (ASTURIAN, 2012).

A articulação institucional com o MDA/INCRA está em consonância com a política de combate à fome e miséria, com a aplicação de políticas públicas específicas no meio rural, assim trabalha-se com o programa Compra Direta da Agricultura Familiar, do Programa da Aquisição de Alimentos (PAA), em São Miguel do Iguaçu/PR (ASTURIAN, 2012).

No estudo de Koschevic *et al.* (2012), em 2012, um agricultor da região era capaz de entregar cerca de 80% da produção de polpa de frutas para os programas FOME ZERO e PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - do governo federal, e aproximadamente 100 kg de polpa são entregues às escolas municipais mensalmente. Como conclusões o estudo apontou que a produção de alimentos orgânicos pode contribuir com a renda e com o desenvolvimento das pequenas propriedades rurais, valorizar a agricultura familiar e promover benefícios à



sociedade com o fornecimento de alimentos mais saudáveis por serem livres de defensivo agrícolas e fertilizantes químicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto para essa discussão foi alcançado, é possível perceber o quanto importante é a agricultura familiar e o desenvolvimento de programa de alimentação na escola, que privilegie o consumo de alimentos orgânicos, e seja capaz de garantir qualidade nutricional.

Conforme a temática abordada, a inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar no programa de alimentação escolar, é sem dúvidas, com todo respaldo legal pertinente, uma alternativa viável de melhorar a qualidade nutricional da merenda e fomentar o desenvolvimento local. Na literatura foram encontrados estudos e notícias sobre o desenvolvimento do programa de alimentação escolar, bem como, a forma de aquisição dos alimentos pelo município de São Miguel do Iguaçu, no entanto, sugere-se para a continuidade desta pesquisa uma investigação *in loco*, em contato com as escolas, os órgãos responsáveis e os produtores rurais, para ampliar o conhecimento acerca da realidade local, também sugere para as escolas, a construção de ações didáticas, para que a sensibilização acerca da alimentação adequada se perpetue nos hábitos cotidianos dos alunos e transcenda até as famílias.

A temática desta pesquisa é abrangente, e se fundamenta no Programa de Alimentação Escolar, em virtude de sua importância como base estrutural social que este possui, como ênfase em linhas gerais o programa visa articular e organizar um sistema que proporcione a aquisição de alimentos adequados, priorizando os alimentos orgânicos, em qualidade e quantidade, para satisfazer as necessidades nutricionais dos alunos no período de permanência na escola. Ações como essa são fundamentais para a redução da desnutrição infantil e podem refletir no desempenho dos estudantes positivamente, sendo seu estudo fundamental para divulgação e popularização de suas ações.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASTURIAN, Rodrigo. **Agricultura familiar orgânica no Paraná é impulsionada pela parceria entre MDA, Incra e Itaipu Binacional**. Disponível em : <<http://www.incra.gov.br/agricultura-familiar-organica-no-parana-e-impulsionada-pela-parceria-entre-md-incra-e-itaipu-binacional>>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

BADUE, A. F. B. Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros, São Paulo. 2007. 265p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Rev. Nutr**, v. 22, n. 5, p. 595-607, 2009.

BORGUINI, Renata Galhardo; DA SILVA TORRES, Elizabeth Aparecida Ferraz. Alimentos orgânicos: qualidade nutritiva e segurança do alimento. **Segurança alimentar e Nutricional**, v. 13, n. 2, p. 64-75, 2006.

BRASIL. Cartilha Nacional Da Alimentação Escolar. Brasília, 2015. 2ª edição Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=..cartilha-2015&usg=AFQjCNHd9DYDv_ZoYWMVQYrtxlC4WXerjQ&cad=rja>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância – 2.ed., atual. – Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008. 112 p. : il. color. – (Formação pela escola).

CHAVES, Lorena Gonçalves. **Políticas de Alimentação Escolar** / Lorena Gonçalves Chaves e Rafaela Ribeiro de Brito – Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006. 88p. - (Profucionário - curso técnico de formação para os funcionários da educação. <http://www.saomiguel.pr.gov.br/noticia/828>

INSTITUTO KAIRÓS; Badue, Ana Flávia Borges; Chmielewska, Danuta. **Controle Social na Alimentação Escolar** / Instituto Kairós ; [elaboração de textos] Ana Flávia Borges Badue, Danuta Chmielewska. -- São Paulo : O Instituto, 2011. -- (Caminhos para práticas de consumo responsável.

KOSCHEVIC, M. T., CALIXTO, V. K., ROVARIS, S. L., MUCELIN, C., A. **O turismo rural, a agricultura orgânica, e as atividades agroindustriais em uma propriedade de São Miguel do Iguaçu-PR** In: II INTERPET, 2012, Medianeira, PR. Encontro Estadual interno de grupos PET da UTFPR, II INTERPET. Medianeira: UTFPR, 2012. v.2.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MANSUR, Ronald. **Agricultura familiar abastece escolas em São Miguel do Iguaçu (PR).** Disponível em: <

<http://ronaldmansur.blogspot.com.br/2016/01/agricultura-familiar-abastece-escolas.html>>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

ORGÂNICOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. **A agricultura familiar alimentando o saber.** Disponível em: <<http://aao.org.br/aao/pdfs/publicacoes/cartilha-organicos-alimentacaoescolar.pdf>>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, Prefeitura irá oferecer merenda escolar orgânica produzida em São Miguel. Disponível em: <<http://www.saomiguel.pr.gov.br/noticia/828>>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

RAMOS, Mariana Oliveira; MAQUINÉ, ONG ANAMA–Ação Nascente. As crianças estão se sentindo importantes”: avanços na alimentação escolar a partir da lei 11.947/2009 e da compra da agricultura familiar. **Revista Trajetória Multicursos, Osório, Edição Especial**, p. 4-19, 2011.

SANTOS, Graciela Cristina dos; MONTEIRO, Magali. Sistema orgânico de produção de alimentos. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v.15, n.1, p.73-86, 2004.

SARAIVA, Elisa Braga *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cien Saude Colet**, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.

TURPIN, Maria Elena. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

Dados completos dos autores:

Nome completo: Djonathan Adamante

Filiação institucional: Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu

Departamento: Saúde

Função: Oficial Administrativo – Coord. Atenção Básica

Titulação: Licenciado em Química - Especialista em Ensino de Ciências

Endereço completo para correspondência Rua Aldina Maioli Corbari, 393, São Miguel do Iguaçu, Paraná, Brasil, CEP: 85877-000.

Telefones para contato: (45) 9997-5491

e-mail:adamante@live.com

Nome completo: Exzolvildres Queiroz neto

Filiação institucional: Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Função: Docente

Titulação: Bacharelado e Licenciatura em Geografia - Doutor em Engenharia Agrícola

e-mail:Queiroz.neto@unila.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
ESPECIALIZAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE NO ESPAÇO ESCOLAR
COMFOR/UNILA

Parecer do TCC

Nome do Aluno(a): Djonathan Adamante

Orientador(a): Exzolvildres Queiroz Neto

Nome do Avaliador: Andrea Ciacchi

Data da Avaliação: 17 de março de 2016

Resultado: (X) Aprovado (maior ou igual a 7,0) () Reprovado (menor que 7,0)

Nota: 9,0 (nove)

Parecer do examinador:

O trabalho apresentado consiste numa revisão bibliográfica, muito bem conduzida, sobre a temática dos alimentos orgânicos na alimentação escolar. Para tanto, o autor lança mão de um bem documentado histórico das políticas de alimentação escolar no Brasil, desde meados do século XX e de considerações sobre as oportunidades de introdução desses alimentos na alimentação escolar de um município do oeste paranaense.



Assinatura do(a) Avaliador(a)